



PRÁTICAS IMPLEMENTADAS PARA FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

IMPLEMENTED PRACTICES FOR ENTREPRENEURIAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION

Recebido em 06.07.2022 Aprovado em 09.08.2022

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: 10.12712/rpca.v16i2.55154

Agair Juliete Cavalcante Carvalho

instrutora.juliete@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal de Sergipe – Aracaju/Sergipe, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8210-4521>

Manuela Ramos da Silva

manuela@academico.ufs.br

Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal de Sergipe – Aracaju/Sergipe, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5739-6593>

Resumo

Este estudo realizou uma análise das práticas implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe. Adotou uma abordagem qualitativa e interpretativista, a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados e a técnica de análise de conteúdo por categoria. Os resultados indicam que foram dados os primeiros passos visando à formação empreendedora na Educação Básica do estado, mas não é possível afirmar que houve uma implementação em sua totalidade, visto que se evidenciou uma significativa heterogeneidade das práticas implementadas, ausência de monitoramento e controle da direção escolar e gestor público.

Palavras-chave: Educação Básica. Empreendedorismo. Formação Empreendedora.

Abstract

This study analyzed the practices implemented for entrepreneurial training in Basic Education in the public schools of the state of Sergipe. That was adopted a qualitative and interpretive approach, the semi-structured interview as a data collection instrument and the technique of content analysis by category. The results indicated that the first steps were taken towards entrepreneurial training in Basic Education in the state, but it is not possible to say that there was an implementation in its entirety, since there was a significant heterogeneity of the implemented practices, absence of monitoring and control of the school administration and public manager.

Keywords: Basic Education. Entrepreneurship. Entrepreneurial Training.

Introdução

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), “a educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares” (Brasil, 2013, p. 18). De acordo com Albuquerque, Ferreira e Brites (2016), a educação representa uma via que possibilita a formação do indivíduo como ser cívico, repleto de direitos e deveres, potencializando a visão de si mesmo e do mundo ao seu redor. Sylvester (1994, p. 309) afirma que, por meio da educação, é possível “mudar as estruturas sociais, em vez de apenas replicá-las”, nesse sentido, a formação escolar, etapas infantil, fundamental e médio, é considerada a primeira condição para o exercício da cidadania, acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos, um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990).

Na educação do século XXI, além do conhecimento técnico, busca-se a inovação, a criatividade, a ousadia, a valorização, a colaboração e o trabalho em equipe, a emoção, a imaginação e a autonomia, alinhados às competências, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), documento de caráter normativo que determina quais os conhecimentos necessários para o desenvolvimento do aluno na Educação Básica.

Com o propósito de atender ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação do cidadão, muitos países, a exemplo dos Estados Unidos da América, Finlândia e Canadá, atuam com propostas educacionais como a abordagem empreendedora desde a Educação Básica (Sommarström, Oikkonen, & Pihkala, 2020). Lira (2020) defende que, no Brasil, essa cumpre com as competências educacionais propostas pela BNCC (Brasil, 2018).

Neste artigo a formação empreendedora representa não apenas o fomento à criação de um negócio ou somente o desenvolvimento de habilidades para atuação do indivíduo na sua carreira profissional, mas também o estímulo ao pensamento crítico, ágil, ético e sistêmico, com o qual o indivíduo realiza as atividades de hoje pensando na viabilização destas para o amanhã.

Conforme a Agência Sebrae de Notícias (2006), Sergipe, estado localizado no Nordeste brasileiro, em projeto piloto, alcançou cerca de 12 mil alunos, nos anos de 2004 e 2005, com a disciplina de empreendedorismo no ensino médio da rede pública, bem como formou professores em MBA de Empreendedorismo, porém este projeto se encerrou em 2010. Já durante o ano de 2019, Sergipe e outros estados da região Nordeste obtiveram maior visibilidade e frequência nas parcerias formadas com o Sebrae e universidades, por exemplo, visando ao treinamento dos profissionais de educação e aos cursos para os alunos e associados com essa abordagem educacional.

Conforme a Secretaria do Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc) de Sergipe, a abordagem empreendedora está sendo desenvolvida novamente na Educação Básica da rede pública estadual, porém sem esclarecer ou detalhar quais as variáveis impactam neste processo, surge um questionamento: como está sendo implementada e desenvolvida a formação empreendedora, na Educação Básica, da rede pública do estado de Sergipe?

Dessa forma, como objetivo geral optou-se por analisar as práticas implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe. Para tanto, faz-se necessário entender qual a percepção de educação empreendedora dos atores envolvidos em tal abordagem; descrever e analisar as ações que os gestores escolares estão realizando em prol da implementação dessa abordagem; analisar os fatores necessários para que esse processo ocorra.

Vale ressaltar que, no Brasil, o ano de 2020 foi caracterizado pelo aparecimento de uma doença respiratória aguda grave, causada pelo Coronavírus, chamada Covid-19 (Coronavirus Disease de 2019). No mês de março desse mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, então, que se

tratava de uma pandemia e o isolamento social foi indicado como medida para diminuir o ritmo da contaminação da doença (Couto, Couto, & Cruz, 2020). Consequentemente, as instituições de ensino “cessaram as atividades presenciais” e o setor da educação começou a sofrer os impactos negativos da crise, gerada pela doença, como, por exemplo, a “demissão de professores temporários, estagiários, funcionários de limpeza e alimentação contratados por empresas terceirizadas”, além da redução nos recursos financeiros destinados à Educação Básica em virtude da “queda da arrecadação” de impostos nos estados e municípios (Alves, Farenzena, Silveira, & Pinto, 2020, p. 979, 980). Apesar desse cenário de crise (sanitária, social, econômica e educacional), ao qual este estudo foi desenvolvido, o processo de implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica da rede pública estadual de Sergipe não foi interrompido, assim sendo, esta foi uma variável considerada para esta pesquisa, mas não limitante.

Formação Empreendedora

Concepção da Formação Empreendedora na Educação Básica

Alguns autores, a exemplo de Dolabela (2003), Lopes (2010), Lima, Cunha e Nassif (2020), concordam que a educação contribui para o desenvolvimento de conhecimentos e de habilidades, de modo a “encorajar o empreendedorismo”. Conforme Lopes (2010, p. 18), “as habilidades pessoais relacionadas ao empreendedorismo devem ser enfocadas pelas escolas e mantidas até o nível superior”. Em concordância disso, os autores Krüger, Bürger e Minello (2019) apontam relação positiva entre a intenção empreendedora e a educação empreendedora, por meio do desenvolvimento de habilidades desde a Educação Básica. Costa e Furtado (2016) citam a educação empreendedora como uma abordagem pedagógica prática mais adequada para o desenvolvimento dessas habilidades.

Dolabela (2003, p.55), propõe a Pedagogia Empreendedora como “uma estratégia didática para o desenvolvimento da capacidade empreendedora de alunos da educação infantil até o nível médio”, cujo ambiente de aplicação é a escola. Esta está embasada na Teoria Empreendedora do Sonho que possui dois objetivos principais: sonhar e realizar o sonho, os quais, se isolados, possuem menos impacto no desenvolvimento das características empreendedoras, pois o indivíduo que não sonha ou não tenta realizar o seu sonho não se enquadra na “contingência que define o empreendedor” (Dolabela, 2003, p. 75).

Habilidades empreendedoras vão surgindo na medida que há um estreitamento entre o sonhar e o realizar. Por conta disso, este sonho deve ser do tipo estruturante, ou seja, àqueles que são de possível realização por meio da definição de atividades e ações (Dolabela, 2003).

Alves, Klaus e Loureiro (2021) expõem uma visão que abalam as ideias apresentadas anteriormente. Segundo esses autores a pedagogia empreendedora utiliza a escola como um meio para promover uma “subjetividade neoliberalista”, pela busca do desenvolvimento de uma cultura empreendedora. Essa abordagem educacional “incita o sujeito a se conceber como uma empresa e a aceitar riscos, segundo uma racionalidade atuarial, que responsabiliza o estudante por sua própria formação, seu sucesso ou fracasso” (Alves, Klaus, & Loureiro, 2021, p. 1). Porém, Albuquerque, Ferreira e Brites (2016, p. 1053) defende que a proposta da abordagem empreendedora representa uma visão “responsável e holística” que o indivíduo possui sobre si e a sociedade ao seu redor, norteadas pela cooperação, reflexão, criticidade, protagonismo do indivíduo para a formação do seu futuro, dinamismo, flexibilidade. Conforme os mesmos, quando abordado sobre a pedagogia empreendedora, as responsabilidades do poder público não se minimizam.

Mota (2014, p. 125), defende que os “alunos somente poderão estar preparados para os desafios futuros se, ao longo da vida escolar da Educação Básica, estiverem sendo preparados para explorar suas máximas potencialidades”. Para tanto, é necessária a presença de “educadores e educandos criadores, investigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (Freire, 1996, p. 26).

Para melhorar o processo educacional nas escolas, Farias (2018) defende a implementação e o desenvolvimento da educação empreendedora, já que esta visa a promover oportunidades para que os alunos consigam decidir sobre sua vida, desenvolvendo competências voltadas à perseverança, à harmonia com o próximo, à ética, à criatividade e à inovação, de modo que o jovem consiga “sobreviver” em um mundo complexo e dinâmico. Conforme essa mesma autora, “o saber empreendedor deverá incorporar ao processo de aprendizagem elementos como: a emoção, o conceito de si, a criatividade, o não conformismo e a persistência” (Farias, 2018, p. 45).

A concepção defendida nesta pesquisa para o termo formação empreendedora na Educação Básica deriva da associação das ideias de Shane e Venkataraman (2000), Dolabela (2003), Melo (2012), Costa e Furtado (2016), Johan, Krüger e Minello (2018) e Farias (2018), a qual está voltada ao processo educacional do indivíduo, respeitando seus aspectos intrínsecos e extrínsecos como, por exemplo, a sua emoção e o seu contexto, estimulando a realização de seus sonhos concomitantemente a promoção do desenvolvimento social, seja por meio da opção deste em criar seu próprio negócio, seja na formação de um cidadão reflexivo, crítico e solucionador de problemas.

Fatores Necessários para a Implementação da Formação Empreendedora

Os recursos não se limitam a tangibilidade (Wernerfelt, 1984), e, de acordo com Vieira, Ricci, Corrêa e Fagionato (2020, p. 1439), qualquer etapa da Educação Básica depende de uma série de recursos, como por exemplo, “reformas no âmbito curricular, [...] investimento maciço em estrutura, formação, carreira e condições profissionais para estudo, planejamento e avaliação contínua das práticas efetivadas”.

A literatura apresenta alguns recursos fundamentais para a implementação da abordagem empreendedora como, por exemplo: financeiros e tecnológicos (Cárcamo-Solís, Arroyo-Lopez, Alvarez-Castanon, & Garcia-Lopez, 2017; Whitlock, 2019; Leite, 2018; Sommarström, Oikkonen, & Pihkala, 2020; Ahmad, Hussain, Ekiz, & Tang, 2020); professores, tutores, conselheiros, participação da família (Jayawama, Jones, & Macpherson, 2014; Cárcamo-Solís *et al.*, 2017); ambiente adequado e flexível (Dolabela, 2003; Hietanen, 2015).

Leite (2018) aponta que a construção de uma gestão escolar a partir de decisões democráticas que englobem a diretoria, os agentes pedagógicos, os professores, os alunos e a comunidade, é um fator necessário para a manutenção da abordagem empreendedora. Esse fundamenta a construção da cultura empreendedora dentro e fora da escola, como sugerido por Cárcamo-Solís *et al.* (2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996) apresenta que a educação não é só um papel escolar, é também “desenvolvida na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996). Nesse sentido, Sommarström *et al.* (2020) afirmam que a formação em redes de cooperação promove aos alunos experiências em situações realistas, aproximando-os da vida profissional.

A formação empreendedora demanda a mobilização de recursos, profissionais qualificados e redes de colaboração, orientada para a geração de oportunidades e promoção das experiências vivenciadas pelos alunos. De forma geral, percebeu-se que alguns fatores se repetem quanto à sua implementação na Educação Básica, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Fatores necessários para implementação da abordagem empreendedora

Fatores	Autores
Recursos Tangíveis e Intangíveis	Wernerfelt (1984); Dyson & O’sullivan (1998); Dolabela (2003); Lüdke & Cruz (2005); Jayawarna <i>et al.</i> (2014); Hietanen (2015); Silva (2016); Cárcamo-Solís <i>et al.</i> (2017); Leite (2018); Whitlock (2019); Pepin & St-Jean (2019); Ahmad <i>et al.</i> (2020); Sommarström <i>et al.</i> (2020); Vieira <i>et al.</i> (2020).
Formação dos profissionais da educação	Freire (1996); Kleppe (2002); Dolabela (2003); Lüdke & Cruz (2005); Souza & Dourado (2015); Rönkkö & Lepistö (2015); Amorim (2017); Sommarström <i>et al.</i> (2020).
Formação em redes	Buston (1978); Dolabela (2003); Silva (2012); Ghanem Júnior (2013); Leite (2018); Ahmad <i>et al.</i> (2020); Sommarström <i>et al.</i> (2020); Sebrae (2021).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Procedimentos metodológicos

Quanto à natureza dos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, pois busca delinear as percepções dos atores envolvidos no fenômeno analisado; “desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca do fato [...] busca-se conhecer, mais profundamente, o tema abordado, de modo a torná-lo mais claro” (Munaretto, Corrêa, & Cunha, 2013, p.10), ademais de descrever características pertinentes à questão de pesquisa.

O problema desta pesquisa teve origem na literatura, já que alguns autores, a exemplo de Cárcamo-Solís *et al.* (2017), Pepin e St-Jean (2019), Whitlock (2019), Lima *et al.* (2020) e Sommarström *et al.* (2020), identificam a necessidade de entender melhor como está se desenvolvendo a abordagem empreendedora na Educação Básica.

O método escolhido foi o qualitativo, a partir do paradigma interpretativista, escolha embasada na busca pelo entendimento do fenômeno, não havendo hipóteses, nem a necessidade de se enumerar eventos ou utilizar instrumentos estatísticos para quantificar dados. Esse tipo de pesquisa “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativistas de um sistema complexo de significados [...] expressa o sentido dos fenômenos do mundo social” (Neves, 1996, p. 1), representando a subjetividade que envolve a educação empreendedora (Farias, 2018). Contou-se com a utilização de dados primários e secundários (processo de pesquisa), por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (procedimento técnico). Essa última ocorreu com a utilização do instrumento entrevista semiestruturada, de modo que o entrevistado não ficou restrito a perguntas específicas e houve a possibilidade de explorar determinada temática, surgindo novos questionamentos de acordo com as situações expostas.

Esta pesquisa foi aplicada com representantes de instituições identificadas na literatura, como responsáveis pela área de educação empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), representante da Seduc, Diretores, Coordenadores e Professores.

O levantamento bibliográfico sobre os temas abordados no trabalho (Educação Básica, Empreendedorismo, Educação Empreendedora) iniciou-se em maio de 2020. Em novembro do mesmo ano também foram pesquisados temas como: inovação na educação, metodologias e legislação, relacionado a educação empreendedora. As entrevistas e a observação em eventos realizados online pela Seduc e Sebrae, como plantões pedagógicos e aulas, ocorreram entre os meses de janeiro e setembro de 2021.

O quadro 2 expõe, a partir de dados secundários disponibilizados em páginas web do estado de Sergipe, fontes de evidências de que escolas da rede pública estão formando parcerias para implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica. Porém, não há dados sobre quantitativo de escolas totais, atualizado, que passaram por tal implementação, nem como esta ocorreu.

Quadro 2 – Evidências da implementação da formação empreendedora na rede pública do estado de Sergipe

Data da publicação	Reportagem	Disponível em:
31/01/2007	Sergipe pode ampliar projeto de educação empreendedora.	http://www.se.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SE/sergipe-pode-ampliar-projeto-de-educacao-empreendedora,71c36f1c2a156410VgnVCM1000003b74010aRCRD
05/06/2013	Educação empreendedora para alunos estaduais.	https://infonet.com.br/noticias/educacao/educacao-empreendedora-para-alunos-estaduais/
05/12/2019	Alunos apresentam projetos de empreendedorismo em culminância do Programa Pense Grande.	https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=15358
28/01/2020	Parceria entre Educação e Sebrae insere a Educação Empreendedora e Financeira no Currículo de Sergipe.	https://seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=15513
14/12/2020	Ensino do empreendedorismo beneficia mais de 17 mil alunos da rede estadual.	https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/ensino_do_empreendedorismo_beneficia_mais_de_17_mil_alunos_da_rede_estadual

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme os Índices Gerais de Cursos das Instituições (ICG) de 2020, Sergipe compreende um total de 295 escolas estaduais. Devido à falta de dados que permitam definir uma amostra para esta pesquisa e ao momento pandêmico a qual foi realizada, optou-se então por utilizar a técnica de amostragem em *snowball sampling*, pois “não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amizades dos membros existentes na amostra” (Dewes, 2013, p. 7).

A partir dessa técnica, ocorreram 10 entrevistas semiestruturadas (presencial ou por vídeo chamada) com atores indicados como chave para a implementação e desenvolvimento da abordagem educacional supracitada. Estas resultaram em pouco mais de 10 horas de áudio visando analisar as práticas implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe, objetivo central deste artigo. Para cumprir sigilo, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos entrevistados, os mesmos foram referenciados pelo seu cargo e/ou por letras gregas, como pseudônimos, conforme demonstrado no quadro 3. No referido quadro apresenta também a forma pela qual a educação empreendedora foi implementada (se disciplina e/ou projeto), a data da entrevista, a sua duração e como foi aplicada.

Quadro 3 – Realização das entrevistas

ID	Pseudônimo	Cargo	Instituição	Abordagem Empreendedora	Entrevista	Aplicação	Duração
1	Alpha	Professor	Escola Pública I	Disciplina	09/06/2021	Vídeo chamada	102:39:00
2	Beta	Professora	Escola Pública II	Disciplina	11/06/2021	Presencial	59:20:00
3	Gestora de Educação Empreendedora		Sebrae	Disciplina e Projetos	16/06/2021	Presencial	35:03:00
4	Técnica pedagógica		Seduc	Disciplina	16/06/2021		
5	Superintendente		Sebrae	Disciplina e Projetos	30/06/2021	Presencial	77:34:00
6	Gama	Professora	Escola Pública III	Disciplina	05/07/2021	Vídeo chamada	60:43:00
7	Delta	Professor	Escola Pública IV	Disciplina	06/07/2021	Vídeo chamada	32:58:00
8	Diretor Escolar		Escola Pública IV	Disciplina	09/07/2021	Vídeo chamada	113:42:00
9	Iota	Professor	Escola Pública V	Disciplina	20/07/2021	Vídeo chamada	79:15:00
10	Diretora do Departamento de Educação		Seduc	Disciplina	01/09/2021	Presencial	47:29:00
Total aproximado						10h:08min:43seg	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para análise dos dados, foi escolhida a análise de conteúdo, respeitando a subjetividade de cada indivíduo entrevistado. Segundo Bardin (2016, p. 37), essa representa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” e optou-se por utilizar a técnica de análise por categorias, divididas em: (1) a percepção sobre educação empreendedora; (2) as ações que os gestores das instituições estão realizando em prol da implementação da formação empreendedora; (3) os fatores necessários para a implementação da formação empreendedora na Educação Básica na rede pública da região estudada. O uso de tal técnica também possibilitou identificar aspectos psicológicos, fatores relacionados à comunicação e à formação acadêmica dos professores, como conteúdos não categorizados, mas apresentados na análise de dados.

Somente após a análise de conteúdo do conjunto de dados encontrados, e a sua relação com a teoria, foram estabelecidas considerações sobre o fenômeno. Dessa forma, a lógica deste estudo é indutiva-dedutiva, entendendo que “as duas se conjugam”, pois observam-se os fatos e o fenômeno no campo, além das “pistas documentais apresentadas” para depois formar conclusões ou hipóteses (Poupart, Deslauriers, Groulx, Laperrière, Mayer, & Pires, 2008, p. 303). Caracteriza-se também como aplicada, participantes, além de estimular o engajamento destes com representantes que fomentam a formação empreendedora na Educação Básica, já que esta é uma forma de aproximar a teoria da prática (Bell & Bridgman, 2017). Um dos produtos deste estudo foi uma cartilha didática, com orientações para implementação da formação empreendedora na Educação Básica, que será disponibilizada de forma online para gestores e professores da Educação Básica do estado de Sergipe.

Apresentação e análise dos resultados

A implementação da Formação Empreendedora na Rede Pública Estadual de Sergipe

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (criado para analisar a qualidade no sistema educacional do país), mais uma vez, em 2019, mostrou que o Brasil não chegou a atingir a sua meta de médias escolares, com exceção dos anos iniciais do ensino fundamental. O estado de Sergipe também segue sem alcançá-las

Percebe-se que as metas propostas para o estado de Sergipe são menores do que as nacionais (5,0 para o Ensino Fundamental anos iniciais; 4,8 para o Ensino Fundamental anos finais; 4,9 para o Ensino Médio), porém, a perspectiva é de melhoria, pois segundo a Seduc, em 2019 os resultados apresentaram um aumento de 6,4% nos anos iniciais do ensino fundamental; 2,9% nos anos finais e 6,5% no ensino médio. Além disso, Melo (2012) afirma que a implementação da educação empreendedora pode ser considerada uma estratégia para contribuir para melhoria nos resultados e qualidade da Educação Básica de uma nação, o que impacta diretamente na qualidade do capital humano e gera benefícios para a sociedade e economia.

Conforme exposto pela Agência Sebrae de Notícias (2006) e ratificado em entrevista com o Superintendente do Sebrae de Sergipe, a implementação da abordagem educacional empreendedora, na região estudada, já vem acontecendo desde 2004, no qual caracterizou o estado como o primeiro do país em que se implementou tal abordagem na Educação Básica. Na época, foi considerado um projeto piloto, idealizado por técnicos da Secretaria de Educação do estado, em parceria com o Sebrae e com uma Faculdade privada. A proposta era inserir a disciplina empreendedorismo, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, no currículo do ensino médio. Teve a implementação em 5 escolas estaduais, sendo duas em Aracaju, capital sergipana, e três em outros municípios do estado.

De acordo com esse mesmo entrevistado, da fase de planejamento até a sua conclusão, tal projeto durou de 2004 a 2010 e neste período professores, do ensino médio, de 11 escolas da rede estadual, foram capacitados em especialização intitulada “MBA em Empreendedorismo para Docentes”. Tratou-se de um curso que gerou a figura do gestor escolar e caracterizava-se pela sua rica interdisciplinaridade, considerada pelo Superintendente, essencial para o desenvolvimento da abordagem empreendedora na Educação Básica.

Naquela época, a abordagem empreendedora foi implementada em formato de disciplina para que fosse possível padronizar a aplicação entre os professores e houvesse a possibilidade de se medir os resultados alcançados. Tal realização chamou atenção do Sebrae Nacional e foi a principal inspiração para a criação do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”, atualmente conteúdo base para a implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe. Apesar deste marco, observa-se que não houve evolução do projeto supracitado, encerrado em 2010 por motivos não divulgados.

De acordo com as entrevistas, apenas em 2019 foi firmado nova parceria entre a Seduc e o Sebrae, somados também à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Sergipe (Undime/SE), para nova implementação da abordagem empreendedora, na Educação Básica, por meio do componente curricular intitulado “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”.

Segundo a Técnica Pedagógica da Seduc, o maior estímulo para criação da unidade curricular citada foi a inclusão do eixo empreendedorismo na atualização da BNCC (Brasil, 2018). A Diretora do Departamento de Educação da Seduc enfatiza que buscou-se atender a parte diversificada da BNCC (Brasil, 2018), além de contemplar o conhecimento financeiro e fiscal para que os alunos consigam desenvolver, “com autoestima”, o planejamento do seu sonho. Dessa forma, está alinhada também com a relação direta entre realização de sonhos e empreendedorismo, como sugerido por Dolabela (2003), por meio da Teoria Empreendedora dos Sonhos.

Conforme exposto pela Diretora entrevistada, a criação deste componente foi uma iniciativa da Diretoria Regional de Itabaianinha, liderada pela Undime/SE, e aprovada para o desenvolvimento pela Seduc. A partir da idealização, durante os anos de 2018 e 2019, vários atores se envolveram na formalização dessa proposta e na apresentação para as escolas, a exemplo de: representantes do Sebrae Sergipe (como presidente, diretores, gerentes e consultores), representantes da Seduc (como secretário, diretores, coordenadores) e Presidente da Undime/SE.

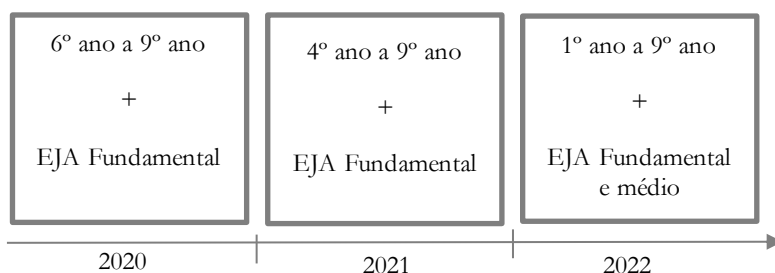
Porém, vale ressaltar que, quando se fala em abordagem empreendedora na Educação Básica da rede pública estadual de Sergipe, a Diretora citada e os professores entrevistados expõem relação com duas disciplinas, “Projeto de Vida” e “Projeto de vida, Educação Empreendedora e Financeira”. Além disso, alguns professores demonstram atuar com metodologias empreendedoras em disciplinas eletivas nas escolas de Educação Básica Integral. Dessa forma, em respeito à liberdade de cátedra e à diversidade na aplicação de tal abordagem, para que este estudo cumpra com o seu propósito de analisar a implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica, foram considerados como formação empreendedora tanto a implementação do novo componente curricular aprovado pela Seduc, “Projeto de vida, Educação Empreendedora e Financeira”, como o componente curricular “Projeto de Vida”, e também os projetos e metodologias aplicadas nas escolas por opção dos professores.

A Diretora do Departamento de Educação da Seduc, afirma que a disciplina “Projeto de Vida” foi aderida anteriormente por todo o ensino médio das escolas integrais estaduais e, em 2021, passou a ser o pilar de 38 escolas que implementaram a reforma do novo ensino médio. Segundo a entrevistada, essa não trata diretamente de empreendedorismo, mas, alinhada às 10 competências gerais da BNCC (Brasil, 2018), visa atuar com os aspectos socioemocionais, entender quem é o aluno, as suas diversas formas de aprendizagem, acolhê-lo e auxiliá-lo a traçar planos de ação para que este chegue aos resultados almejados na fase final da Educação Básica. Porém, o desenvolvimento do aspecto socioemocional foi citado por diversos autores, a exemplo de Dolabela (2003) e Farias (2018), como fator essencial para o desenvolvimento da abordagem empreendedora, deduzindo-se, assim, que há uma relação direta entre os fatores citados. Percebe-se que, ao tratar da relação direta ou indireta entre as temáticas, a Diretora entrevistada pode ter relacionado a abordagem empreendedora com o estímulo a formação de negócios apenas.

Assim como defendido por Dolabela (2003), Lopes (2010), Jayawarna *et al.* (2014) e Krüger *et al.* (2019), a Diretora da Seduc, afirma que temáticas relacionadas ao projeto de vida, desenvolvimento de planos e a busca pela realização dos sonhos deveriam ser apresentadas para os alunos desde o ensino fundamental e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras poderiam auxiliá-los nesta trajetória.

Já o componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, considerado novo pelos entrevistados, teve adesão a partir de 2020, de forma obrigatória para todas as etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) até 2022, e, opcional, se assim a escola preferir, para o ensino fundamental regular (1º ao 9º ano). Por meio das entrevistas, percebeu-se que esta disciplina foi idealizada para abordar diretamente o empreendedorismo como estratégia para o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e atitudes necessárias para a formação do indivíduo, em conformidade com as ideias de Costa e Furtado (2016). De acordo com a Técnica Pedagógica da Seduc, a implementação dessa disciplina foi planejada, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Planejamento da implementação da disciplina Projeto de vida, Educação Empreendedora e Financeira na Rede Pública de Ensino de Sergipe



Fonte: Elaborado pela autora conforme pesquisa empírica, 2021.

A Diretora do Departamento de Educação da Seduc afirma que essa disciplina é obrigatória na EJA visando auxiliar a recuperação do percurso escolar do aluno e seu futuro profissional. Neste sentido, bem como afirmado por Johan *et al.* (2018), ao tratar a abordagem empreendedora como uma oportunidade para viabilizar o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo. O Diretor Escolar também expõe a importância de estudar empreendedorismo na EJA para que o aluno planeje o seu futuro profissional, já que esta modalidade geralmente é composta por muitas pessoas que estão trabalhando e buscando melhores oportunidades.

Conforme documento disponibilizado pela Diretora do Departamento de Educação da Seduc, e entrevistas, observa-se que desde a primeira tentativa de implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica do estado de Sergipe, com início em 2004, até hoje, observa-se uma evolução, quantitativa, conforme demonstrado no quadro 4

Quadro 4 – Evolução da Implementação da abordagem educacional empreendedora em Sergipe

Ano	Formato	Público	Qtd	Alunos contemplados	Qtd - Qualificação dos professores	Fonte
2006	Disciplina: Empreendedorismo	Ensino Médio	5 escolas	Dado não divulgado.	65 - MBA Empreendedorismo para Docentes.	Entrevista – Superintendente do Sebrae e Professores
2018	Disciplina: Projeto de Vida; Disciplinas eletivas.	Ensino Médio da Escola Integral	Dado não divulgado.	Dado não divulgado.	Dado não divulgado.	Entrevista – Diretora do Departamento de Educação da Seduc e Professores
2020	Disciplina: Projeto de Vida, Educação empreendedora e Financeira	Ensino Fundamental	95 escolas	16.075	631- Formação EAD em educação empreendedora – Plataforma do Sebrae.	Relatório disponibilizado em Entrevista – Diretora do Departamento de Educação da Seduc
		EJA Fundamental	06 escolas	240	72 – Formação presencial ofertada pelo Sebrae na UFS; 155 – Formação EAD.	
Ensino Fundamental		135 escolas	30.033	144 – Palestra online; 109 – Plantão de dúvidas; 172 – Webnário sobre o componente curricular.		
EJA Fundamental		39 escolas	4.636	82 – Formação ofertada pelo Sebrae.		
Até Julho de 2021		EJA Médio	57 escolas	5.732	110 – Curso Despertar Formação EAD ofertada pelo Sebrae; 80 – Oficinas.	

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa empírica (2021).

Mesmo com a pandemia da Covid-19 e todos os seus impactos, como a interrupção das aulas presenciais e a vulnerabilidade social, apresentada por Couto *et al.* (2020, p.212), onde “milhares de crianças, jovens e adultos continuaram a ensinar e aprender nesses tempos conturbados”, o processo de implementação do componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira” está ocorrendo conforme o planejado.

Percepção de educação empreendedora dos atores envolvidos em tal abordagem

Assim como exposto por Mota (2014), ao abordar sobre o desenvolvimento dos alunos ao longo da vida escolar, e Stockmanns (2015), ao afirmar que a abordagem supracitada viabiliza a formação de projetos pessoais para quem conhece os seus pontos fortes e fracos, a Gestora de Educação Empreendedora do Sebrae afirma que a formação empreendedora possibilita a potencialização de habilidades das crianças e jovens, por meio de comportamentos e atitudes empreendedoras, para que os mesmos percebam que existem vários futuros profissionais, como por exemplo, este pode ser empregado, servidor público ou empreendedor.

De acordo com essa ideia, a Diretora do Departamento de Educação da Seduc afirma que é importante possibilitar o desenvolvimento de habilidades empreendedoras desde o ensino fundamental, já que impactarão no convívio destas crianças com a família e a interação com a sociedade. Conforme a entrevistada bem como descrito por Dolabela (2003), estimulados pela escola, estes alunos podem desenvolver habilidades como criatividade, autonomia, protagonismo e discernimento para enfrentar situações de seu dia a dia. Como enfatizado por Farias (2018), a diretora expõe que este conhecimento não se limita a aspectos cognitivos, mas também a competências socioemocionais que, de algum modo, fortalecem as pessoas na busca de soluções. Ela também ressalta que a atitude de empreender não se restringe a uma única ação ou profissão.

O Superintendente do Sebrae associou empreendedorismo com comportamento. Devido a isso, para ele é possível trabalhar este tema desde a Educação Básica, estimulando não apenas a formação de um empresário, mas a construção de todo o projeto de vida do indivíduo, proposta também descrita nos objetivos e foco pedagógico específico do eixo empreendedorismo na BNCC (Brasil, 2018).

A Diretora da Seduc e o Superintendente do Sebrae, afirmam que alguns professores criticam a criação do componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, alegando que se trata de uma política neoliberalista, a qual o estímulo a criação de um negócio desde a Educação Básica possui o propósito de não se preocupar mais com as condições do mercado de trabalho, a geração e distribuição de renda, de responsabilidade pública, por exemplo, porém a mesma defende que esta foca no desenvolvimento de habilidades necessárias para a formação do ser humano. A mesma cita este ser um dos grandes desafios para que o processo de implementação da abordagem empreendedora ocorra com sucesso, pois todos os professores precisam estar alinhados no mesmo propósito.

A concepção dos professores quanto à formação empreendedora se apresentou de forma bastante diversificada. A professora Beta relacionou-a com orientação profissional, de modo que pudesse estimular os alunos a adquirirem um objetivo ou auxiliá-los a escolher uma profissão, promovendo maior expectativa de vida, principalmente quando pensado nos alunos em situação de vulnerabilidade social. Além disso, explanou ser necessário ao desenvolvimento de habilidades para os profissionais do século XXI e afirmou já atuar com esta abordagem em suas disciplinas eletivas na escola integral.

Assim como a professora Beta, antes de ministrar a disciplina de “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, o professor Alpha já participava de alguns projetos voltados a educação empreendedora, como por exemplo “Horta”, no qual os alunos em parceria com a comunidade e sob a coordenação de professores de áreas diversas montaram uma startup para vender as mudas e arrecadar fundos.

Observou-se que, nessa prática, habilidades empreendedoras estavam sendo desenvolvidas, porém o professor afirmou que o seu envolvimento era estimulado pela satisfação em trabalhar com plantas, não citando nenhum estímulo por parte da comunidade escolar.

Antes da implementação da disciplina específica de “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, a professora Gama informa que os conteúdos de ética e projeto de vida já desenvolviam a abordagem empreendedora por meio do desenvolvimento de projetos e métodos de aprendizagem mais lúdicos, estimulando o protagonismo do aluno. Com a implementação dessa disciplina, os conteúdos de ética passaram a ser abordado, a depender do professor, dentro das diversas disciplinas do ensino fundamental.

Como sugerido pela Pedagogia Empreendedora de Dolabela (2003), para essa professora a nova disciplina representa “uma forma de agir sobre o sonho”, onde o aluno se torna “protagonista da sala de aula, da escola, da sua vida, no bairro, na comunidade, onde ele vive”, a disciplina aborda um conjunto de planos e ações que serão desenvolvidas pelo aluno na escola, juntamente com professores, equipe pedagógica e comunidade, para alcançar sonhos ou aprender nesta busca, pois habilidades estarão sendo desenvolvidas para a formação daquela criança, como a tomada de decisão, a criticidade, a iniciativa, a busca por correção de erros, dentre outras.

O professor Delta afirma que essa abordagem educacional estimula o aluno a ser produtivo e a saber como abrir o seu próprio negócio, caso seja seu desejo. Também citou a importância de abordar sobre a gestão financeira desde a Educação Básica, pois isto possibilitaria maior controle financeiro nas despesas pessoais, conseqüentemente uma conscientização financeira no futuro da sociedade.

Como visto e proposto por Dolabela (2003), alguns professores da rede pública estadual e profissionais da educação entrevistados associam a abordagem empreendedora com a busca pela realização dos sonhos e pela formação de um cidadão capaz de identificar todas as suas possibilidades profissionais, além de estimular a conscientização do seu papel social. Porém, outros professores da rede parecem limitar tal abordagem à formação de negócios, como por exemplo, o professor Alpha, que já participava do desenvolvimento de projetos empreendedores, porém só associou à esta abordagem quando propôs a criação de uma startup.

Muitos autores, a exemplo de Korhonen, Komulainen e Rätty (2012), Hietanen e Järvi (2015), Rönkkö e Lepistö (2015), Hietanen e Ruismäki (2016), Pepin e St-Jean (2019), demonstram que falta um conceito que possa embasar a educação empreendedora na Educação Básica. Rönkkö e Lepistö (2015) já afirmava o desafio de se conceituar a educação empreendedora devido à multiplicidade de visões encontradas sobre a educação, bem como a diversidade de conteúdos e de fatores identificados ao se apresentar o fenômeno empreendedorismo (Costa, Barros, & Carvalho, 2011). Desafios esses também identificados nesta pesquisa.

Em se tratando da implementação do componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, na qual a abordagem empreendedora é nitidamente discutida, por estar o próprio nome exposto, a variedade de percepções quanto a relação entre empreendedorismo e educação, sua finalidade, pode representar falhas no processo de implementação, principalmente na formação dos professores e gestores escolares. Observa-se que na própria BNCC (Brasil, 2018) são abordados os objetivos do eixo estruturante empreendedorismo, bem como as habilidades que se busca desenvolver nos alunos, porém nenhum dos professores citados demonstraram tal conhecimento.

Tendo em vista o exposto até aqui, entende-se que a percepção dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa representa a falta de uma concepção única e a heterogeneidade prática relacionada a abordagem empreendedora na Educação Básica. Constatou-se que a equipe de planejamento e gestão da educação na rede pública estadual, como a Diretora do Departamento de Educação da Seduc, a Técnica Pedagógica, a Gestora e o Superintendente do Sebrae, compartilham de uma visão mais homogênea da

amplitude conceitual desta proposta, abrangendo desde os aspectos pessoais, representados na formação do indivíduo como um cidadão ético, até a possível criação de negócios e/ou desenvolvimento profissional do funcionário de empresa privada ou pública. Já os professores desta rede discorrem de forma variada, pois, para alguns, esta abordagem enfatiza o desenvolvimento de negócios, para outros representa uma orientação profissional e/ou a construção de sonhos.

Atuação do gestor da escola pública estadual quanto a formação empreendedora

Conforme entrevistados, de forma geral, a escola engloba tanto a formação do indivíduo como o desenvolvimento da comunidade e o seu conceito ultrapassa as estruturas físicas. A abordagem empreendedora se apresenta como uma proposta pedagógica para auxiliar os alunos nesta formação e pode ser implementada e desenvolvida de diversas maneiras. Porém, as entrevistas apontaram divergências entre a percepção do papel da escola e a atuação da gestão escolar.

Enquanto alguns professores afirmam que a gestão promove o suporte, o estímulo e o acompanhamento necessários para o professor desenvolver a abordagem empreendedora na escola, outros afirmam que a gestão não realiza este acompanhamento e suporte. O quadro 5 apresenta os diversos formatos identificados na rede pública estadual de Sergipe que podem representar a formação empreendedora na Educação Básica e as ações identificadas na escola para cada formato.

Quadro 5 – Síntese das ações relacionadas à abordagem empreendedora nas escolas da rede pública estadual de Sergipe

Formato	Ações apresentadas pelas escolas
Disciplinas Eletivas.	<ul style="list-style-type: none"> Projeto idealizado e organizado pelo professor; Caráter prático; Evento de divulgação para os alunos, promovido pela escola; Oferta de recursos de forma limitada pela escola; Falha na comunicação e acompanhamento dos projetos pela gestão escolar.
Componente curricular “Projeto de Vida”.	<ul style="list-style-type: none"> Disciplina ofertada para o ensino médio das escolas integrais; Caráter teórico e prático; Falha na comunicação e acompanhamento da disciplina pela gestão escolar.
Componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”.	<ul style="list-style-type: none"> Disciplina ofertada para o ensino fundamental e EJA (etapa fundamental e médio); Oferta de recursos de forma limitada pela escola; Caráter prático, porém, limitado à decisão do professor – alguns atuaram de forma prática e outros trataram sobre teorias relacionados a temática; Apesar da oferta de cursos de qualificação para professores, disponibilizados pelo Sebrae e Seduc, a gestão escolar não apresentou planejamento para a participação desses, bem como foram identificadas falhas na comunicação quanto ao suporte, também disponibilizado para o professor, ofertado pelo Sebrae e Seduc; Falha na comunicação e acompanhamento da disciplina pela gestão escolar.
Projetos Interdisciplinares.	<ul style="list-style-type: none"> Projeto idealizado e organizado pelo professor; Pouco ou nenhum envolvimento da gestão escolar; Oferta de recursos limitados pela escola; Falta de estímulo para busca de parcerias e interdisciplinaridade pela gestão escolar.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa empírica (2021).

Com o quadro observa-se a busca pelo desenvolvimento das habilidades empreendedoras, porém as falhas detectadas na atuação da gestão escolar, como a falta de planejamento, acompanhamento, e recursos, afetam a eficácia da implementação da abordagem empreendedora na Educação Básica.

Fatores identificados como necessários para implementação da formação empreendedora na educação básica no estado de Sergipe

Destaca-se que, em momentos de crise, com o surgimento de necessidades não planejadas, os recursos se mostram escassos, situação evidenciada com a pandemia da Covid-19. Durante os anos de 2020 e 2021, as escolas, os alunos, os professores e demais profissionais da educação tiveram que se reinventar para dar continuidade ao ano letivo e não interromper, ainda mais, a educação escolar. Devido a isso, alguns entrevistados relataram desafios que somatizam a execução das aulas durante a pandemia com o processo de implementação e a atuação da formação empreendedora na Educação Básica. A maioria dos desafios citados representam a falta de recursos que são considerados fundamentais para uma melhora na qualidade da execução das aulas e no processo de implementação da abordagem empreendedora, como a falta de planejamento e recursos tecnológicos. Esses se aplicam de forma diferente a depender da escola, mesmo sendo parte integrante da rede pública estadual.

Quando tratado sobre a formação de profissionais para a abordagem empreendedora, todos os entrevistados direcionam a sua atenção para a importância do papel dos professores que lecionam as disciplinas ou lideram os projetos empreendedores nas escolas. Assim como afirmado por Dolabela (2003), Lüdke e Cruz (2005), Souza e Dourado (2015) e Farias (2018), o professor é fundamental para a eficiência na educação dos alunos e desenvolvimento da abordagem empreendedora na Educação Básica.

Conforme as narrativas apresentadas pelos professores entrevistados, parte da iniciativa do professor em atuar com os diversos métodos de aprendizagem. Devido a isso, alguns demonstraram abordar o conteúdo de forma lúdica, visando criar um estímulo para que os alunos se interessassem na sua aprendizagem, e que pudesse promover uma experiência marcante, enquanto outros professores se limitam a aulas expositivas, teóricas, estimulando a memorização do conteúdo, mesmo em se tratando de empreendedorismo na Educação Básica. Por exemplo, é possível observar que, mesmo com a pandemia, alguns professores, como Alpha, Beta e Gama, conseguem desenvolver projetos práticos, como o “cyber-negócio”, o “canva” e os “projetos de leitura e arte”, respectivamente. Enquanto os professores Iota e Delta se limitam ao aspecto teórico.

Dessa forma a diversidade, tanto na percepção dos entrevistados como na atuação da abordagem empreendedora na Educação Básica, pode representar o desafio de se conceituar tal fenômeno considerando a sua amplitude, como citado por Dolabela (2003), a heterogeneidade da prática, como demonstrado por Hietanen e Järvi (2015), Souza e Dourado (2015), Whitlock (2019), e até a falha na formação de professores, citada por Lüdke e Cruz (2005), pois, mesmo tratando-se de uma abordagem prática, em alguns casos predomina-se o embasamento teórico.

Conforme entrevistas, observou-se a colaboração de empresas, a participação da comunidade, familiares e empresários autônomos (Dolabela, 2003; Silva, 2012), na implementação e desenvolvimento da abordagem empreendedora no estado de Sergipe. Infere-se que para tal fenômeno há parcerias formais e informais. A parceria formal representa a cooperação entre Sebrae, Seduc e Undime, instituições diferentes, para o planejamento do currículo de Sergipe, elaboração de todo material necessário, divulgação, formações dos profissionais, estímulo para a adoção de tal abordagem pelas escolas da rede. Já a parceria informal representa toda a busca realizada pela escola, seja de iniciativa da direção, coordenação ou professores, por agentes de colaboração, internos e/ou externos, que possam contribuir para a promoção da prática, junto ao professor, no desenvolvimento in loco da abordagem empreendedora na Educação Básica.

Observou-se também o surgimento de uma variável, não categorizada, destacada como importante para tal implementação, refere-se a psique dos professores. Fatores psicológicos relacionados a motivação, a segurança ou incerteza na condução de suas disciplinas e/ou projetos foi evidenciado, principalmente durante o período de pandemia da Covid-19, pois a maioria dos professores iniciaram a disciplina “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira” durante a pandemia, dessa forma existiu a dúvida de como iria desenvolver essa abordagem de forma online e como passaria a acontecer de forma presencial.

A comunicação entre as instituições que planejam e implementam também foi um fator percebido como essencial para o fenômeno estudado. Existe, à disposição dos professores e de todos da equipe pedagógica da escola muitos cursos, materiais e momentos de aprendizagem que são disponibilizados pelo Sebrae e Seduc, porém alguns professores não possuem o conhecimento disto, impossibilitando o alinhamento entre o conceitual e a prática. Além disso, o planejamento para a formação continuada dos professores é um fator que auxilia na segurança desses para ministrar as disciplinas ou conduzir os projetos. Dessa forma, foi identificado que não existe um período de qualificação, por exemplo, para que depois esses professores assumam tal responsabilidade, muitos fazem os cursos online durante as aulas ou, até mesmo optam por não fazer.

A gestão escolar é responsável pela escolha do professor e pela orientação necessária quanto a implementação das disciplinas propostas na parte diversificada do currículo de Sergipe, porém observa-se que os professores possuem muitas dúvidas devido à falta de orientação pela escola. A exemplo disso está a percepção do professor Alpha, afirmando que os projetos que ele desenvolve na disciplina de “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, referem-se às questões de identidade e valores pessoais, e não possui relação direta com a disciplina supracitada. Ele alega que, como leciona a disciplina de “Projeto de Vida” no ensino médio, “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira” no ensino fundamental, é como se ele estivesse atuando da mesma maneira para as duas propostas.

Nessa situação do professor Alpha, o que chama atenção não é só a sua atuação igual com as turmas, mas este achar que conteúdos voltados à identidade e aos valores pessoais não estão relacionados à nova disciplina, “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, o que entra em contradição com a percepção apresentada pelos representantes da Seduc e do Sebrae, pois afirmam que esta promove aos alunos uma aprendizagem prática relacionada à ética, aos valores sociais, às habilidades e aos conhecimentos que auxiliarão na formação do indivíduo como cidadão. Fica evidenciada a diversidade na interpretação dos professores quanto à representação dessa disciplina, variando de acordo com a sua formação, qualificação, experiências e perfil metodológico.

O quadro 6 demonstra uma síntese dos fatores encontrados para a implementação da formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe, bem como sua aplicação e desafios conforme citados pelos entrevistados.

Quadro 6 – Síntese dos fatores identificados na rede pública estadual para a implementação da formação empreendedora na Educação Básica

Fatores	Variável Identificada	Aplicação na Rede
Recursos	Aparelhos tecnológicos para utilização dos alunos e professores.	Muitos alunos não possuem aparelhos para frequentarem as aulas remotas.
	Laboratório de Informática.	Algumas escolas não possuem.
	Diferentes ambientes pedagógicos.	Algumas escolas não possuem (apenas salas de aula).
	Rede de internet para aulas remotas e acesso para pesquisas em sala de aula presencial.	Ocorrência de falhas na transmissão da rede de internet para realização de aulas remotas. Falta da disponibilização da rede de internet nas escolas para aulas presenciais.
	Material Didático.	Alguns professores optam por utilizar e outros não.
	Materiais solicitados pelos professores para o desenvolvimento de projetos empreendedores.	Algumas escolas fornecem a totalidade e outras parcialmente.
	Conhecimento técnico e experiencial.	Variação entre professores.
Formação de Profissionais da educação	<ul style="list-style-type: none"> • Professores; • Equipe pedagógica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Variação no planejamento escolar – alguns professores não realizaram o curso de formação antes de utilizar a abordagem empreendedora. • A formação não foi realizada com todos os profissionais de educação da rede pública estadual.
Formação de Redes de Colaboração	Formais: Sebrae, Seduc e Undime.	Para implementação do novo componente curricular, “Projeto de vida, educação empreendedora e financeira”.
	Informais: alunos, comunidade, professores, profissionais autônomos.	A depender da gestão escolar e do professor.
Outros Fatores não categorizados	Fatores psicológicos relacionados a motivação.	Incerteza na condução das disciplinas e/ou projetos pelos professores.
	Comunicação.	Entre as instituições que planejam e implementam.
	Formação acadêmica dos professores.	Incerteza quanto à preparação no curso superior para ministrar disciplinas ou conduzir projetos relacionados a formação empreendedora.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa empírica, 2021.

Considerações finais

Ressalta-se que o empreendedorismo foi interpretado neste estudo como um fenômeno, não se limita somente a formação de negócios e área empresarial, mas também está relacionado as ações conscientes, éticas, criativas, que auxilia a comunidade, que busca soluções de problemas, e que são conduzidas por um indivíduo protagonista de sua própria história. Por sua vez, a formação empreendedora representa um conjunto de métodos e estratégias desde a Educação Básica que busca desenvolver indivíduos empreendedores no seu projeto de vida, demonstrando a necessidade de corrigir, de tentar novamente, de analisar para tomar decisões, estimular a criatividade para resolver problemas, ajudar uns aos outros e a sua comunidade, tentar calcular os riscos, pensar, refletir e acima de tudo, agir de forma ética e coletiva.

Este artigo teve como objetivo analisar as práticas implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe. O quadro 7 expõe os principais resultados, relacionando-os às categorias de análise deste artigo.

Quadro 7 – Síntese analítica da rede pública conforme categorias de análise

ID	Categorias de análise	Síntese conforme Entrevistas
1	Percepção dos sujeitos de pesquisa quanto a formação empreendedora na Educação Básica.	Apesar do compartilhamento da visão sobre a abordagem empreendedora embasada no desenvolvimento de habilidades e competências para formação social do aluno, o estímulo a interdisciplinaridade com métodos embasados na prática e a união entre as temáticas socioemocionais, empreendedorismo e a educação financeira, alguns professores apresentaram uma visão micro e insegura dessa abordagem, associando-a somente a negócios, o que demonstra um campo de construção de conceitos heterogêneos.
2	Atuação da gestão escolar quanto à formação empreendedora.	As ações das escolas divergem a depender da gestão e dos professores. Em algumas são desenvolvidos projetos práticos, enquanto outras se limitam a teoria. Nem todos os gestores promovem o suporte e o acompanhamento necessário para a construção de uma cultura empreendedora na escola.
3	Quanto aos fatores necessários para a implementação da formação empreendedora na Educação Básica da rede pública de Sergipe.	<p>Fatores identificados como necessários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos: gestão escolar e profissionais capacitados; • Recursos materiais para o desenvolvimento de atividades, como: papel, cartolina, tintas, colas, etc.; • Recursos didáticos, como: livro do professor e do aluno, vídeos, etc.; • Recursos tecnológicos: rede de internet e aparelhos de celular smartphone e/ou computador, plataforma digital para ministrar aula e compartilhar conteúdos; • Parcerias formais e informais para o desenvolvimento da abordagem empreendedora; • Planejamento das práticas pedagógicas; • Interdisciplinaridade; • Capital intelectual; • Capital social; • Capital financeiro; • Motivação por parte da gestão escolar e professores que atuam com tal abordagem. <p>Apesar da necessidade dos fatores listados acima, na rede pública foram identificadas a falta ou falhas, conforme listado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores atuando com disciplina que deveria promover a abordagem empreendedora, porém sem realizar a capacitação e sem a aplicação de método que envolve a prática; • Recursos materiais dependentes da gestão escolar; • Limitação de recursos tecnológicos - principalmente dos alunos, mas também relacionados a estrutura da escola, como a falta de laboratório de informática; • Falta de plataforma eficiente para ministrar aulas online; • Fica a critério do professor utilizar os recursos didáticos ou não; • Falta de planejamento para práticas pedagógicas; • Falta de motivação por parte de alguns professores. <p>Quanto à parceria formal:</p> <p>Atuação do Sebrae como parceira externa – junto com a Seduc e Undime. Essa instituição atua no planejamento curricular diversificado de Sergipe, na divulgação e estímulo para que as escolas implementem o componente curricular, cujo próprio nome carrega a proposta pedagógica da abordagem estudada, “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”. Referente a tal componente, essa instituição também é responsável pela elaboração de todo material didático, disponibilizado para os alunos, e pela capacitação de gestores e professores.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa empírica (2021).

Como apresentado no quadro, na rede pública do estado de Sergipe foi identificada a falta de um conceito que represente a amplitude do empreendedorismo, conseqüentemente também a diversidade temática que envolve esse fenômeno e os desafios para desenvolver a formação empreendedora, com a

identificação de práticas heterogêneas. Quanto à percepção, gestores e professores da educação possuem uma visão heterogênea do conceito de formação empreendedora na Educação Básica; isto se evidencia nas diferentes práticas pedagógicas promovidas nas escolas (nos projetos e componentes curriculares); quanto às ações promovidas na escola, ocorre uma variação de acordo com o suporte da gestão escolar e decisão do professor; quanto aos fatores necessários, foi identificado a importância de recursos, formação continuada dos profissionais de educação, formação de redes de colaboração, fatores psicológicos relacionados a motivação, segurança ou incerteza do professor, comunicação entre as instituições, formação acadêmica dos professores.

Foram identificadas variação no fornecimento de recursos, falha no planejamento e realização da formação continuada, relacionada a tal abordagem educacional, e falta de estímulo para formação de redes por iniciativa do professor. Identificou-se a formação de rede formal para a implementação do novo componente curricular, “Projeto de vida, educação empreendedora e financeira” e formação de redes informais para o desenvolvimento da abordagem educacional empreendedora, variando de escola para escola.

Desse modo, observou-se que, na rede estudada, apesar de ter ocorrido uma tentativa de implementação da disciplina de empreendedorismo no ensino médio, por volta de 2004, e atualmente pelo desenvolvimento de projetos em disciplinas eletivas na escola integral, a atuação com a disciplina de “Projeto de Vida”, no ensino médio, e a nova proposta de componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, na educação fundamental e EJA, a formação empreendedora é heterogênea e dependente da gestão escolar, pois escolas que não buscam uma cultura empreendedora, conseqüentemente não desenvolvem tal abordagem, apenas ministram disciplinas que estão embasadas na temática empreendedora. Então, pode-se dizer que algumas escolas de fato buscam desenvolver a formação empreendedora, enquanto outras apresentam falhas que impossibilitam tal afirmação. Ficou claro que ministrar uma disciplina que envolve a temática do empreendedorismo ou realizar algum projeto não significa dizer que aquela escola promove a formação empreendedora na Educação Básica.

Os professores da rede pública estadual apresentaram visões amplas do empreendedorismo, porém a prática de alguns está mais próximo ao sistema de educação tradicional. Além disso, notou-se a preocupação e combate, por parte da gestão, dos professores que interpretam tal abordagem como política neoliberalista. Gestores da educação, entrevistados, que representam a rede para implementação do novo componente curricular nas escolas públicas, Sebrae e Seduc, possuem uma visão alinhada da amplitude que o fenômeno empreendedorismo representa e estão coerentes quanto às ações que as escolas podem promover, porém a complexidade de tal processo de implementação é maior do que os esforços apresentados na pesquisa.

Na formação empreendedora a escola representa um ambiente de aprendizagem aberto para a comunidade, onde a gestão que a compõe busca engajamento com outras empresas e profissionais externos, para auxiliar o professor na promoção de experiências significativas para o aluno. Este é entendido como protagonista de sua aprendizagem, e não só o professor, mas todos os funcionários desta escola o auxiliam na construção de sua estrada, na sua formação como cidadão. A escola também precisa estar atenta a participação da família, pois o contexto do aluno impacta diretamente nos seus resultados e na sua formação, fator não evidenciado nas entrevistas.

Houve impacto da pandemia da Covid-19 na educação como um todo, conseqüentemente também no processo de implementação de práticas voltadas para a formação empreendedora, porém o tamanho desse impacto varia de acordo com os contextos de cada escola. Na rede pública estadual a falta de recurso tecnológico para o aluno foi um dos fatores destacados, além disso a necessidade de isolamento social, e respeito às orientações impostas pela OMS, impactou nas práticas pedagógicas que alicerçam a formação empreendedora, ficando evidente a necessidade de um embasamento conceitual na formação de professores e demais profissionais, que atuam com os alunos, para que pudessem criar alternativas alinhadas a essa proposta educacional. Observou-se que alguns professores buscaram soluções criativas

e as práticas estão sendo desenvolvidas, enquanto outros se limitaram em transmitir a teoria, ainda assim variando de professor para professor.

Como visto, a parceria com o Sebrae é fundamental para a implementação e o desenvolvimento das práticas implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede estudada. Representam a autoria de todo o material didático, são norteadores da base conceitual abordada, promovem o suporte e orientação necessária para os profissionais que acompanham os alunos, além disso realizam a formação desses e promovem momentos de aprendizagem e discussão entre os profissionais da educação, por meio de lives, vídeos, podcast, encontros virtuais, dentre outros.

Esta pesquisa conclui que práticas estão sendo implementadas para a formação empreendedora na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe, porém em fase inicial. A implementação de tal abordagem na escola é estimulada principalmente pela BNCC, que versa sobre a necessidade de se desenvolver uma série de competências relacionadas a temáticas socioemocionais e empreendedoras na formação do indivíduo. Na rede estudada essas práticas compõem: disciplinas que compreendem a temática empreendedora, como “Projeto de Vida” e “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, além dos projetos desenvolvidos nas disciplinas Eletivas. Essas podem representar a busca pela construção de uma cultura empreendedora, em sua forma mais ampla, mas também pode representar uma máscara que envolve interesses particulares e políticos.

A rede pública do estado de Sergipe precisa promover ações que busquem maior proximidade e acompanhamento com as problemáticas de cada escola, visando a sua melhoria e suporte para os alunos em situação de maior vulnerabilidade. Existe um longo caminho para melhorias e aperfeiçoamentos, demandas também do setor educacional de forma geral, como por exemplo: maior valorização dos professores, melhorias estruturais e aumento dos recursos para a realização de projetos educacionais, planejamento e qualidade na formação continuada dos professores, abertura da escola para empresas e comunidades, maior proximidade da família na jornada educacional do aluno, dentre outros fatores.

Houve diversas limitações para o desenvolvimento desta pesquisa. A principal dessas foi a realização de entrevistas durante a pandemia, pois as escolas estavam fechadas e a demanda de atividades dos gestores, funcionários e professores estava muito grande devido a alterações constantes nas regras de isolamento social, a quantidade excessiva de reuniões, os ajustes necessários em plataformas de aula online e busca por alternativas pedagógicas para que o setor educacional não parasse de funcionar. Devido a pandemia, também não foi possível contar com a observação de práticas presenciais ou visitas às escolas em funcionamento.

Outra limitação encontrada foi a falta de um banco de dados atualizado que pudesse informar o currículo adotado pelas escolas, por conta disso foi necessário a confirmação de que o professor ou a escola indicada atuava com práticas empreendedoras, o que ocorreu após uma prévia conversa com o ator indicado. Sem tal confirmação a entrevista não era marcada.

A análise de conteúdo e limitações deste estudo permitem sugerir algumas pesquisas: o desenvolvimento de uma análise considerando uma quantidade maior de atores entrevistados; possibilidade de pesquisa após liberação do retorno as aulas (devido a pandemia da Covid-19) e análise das novas percepções e práticas encontradas; possibilidade de observação das práticas, programas e projetos relacionados a abordagem empreendedora nas escolas públicas; a realização de uma pesquisa visando a criação de indicadores estaduais que diz respeito ao empreendedorismo e a educação empreendedora, relacionando-os com o desenvolvimento regional; as implicações de políticas públicas e influência cultural para o desenvolvimento de tal abordagem na Educação Básica; e a realização de pesquisa quantitativa.

Além dessas sugestões, também se observa a necessidade de se compreender a percepção de outros atores, como os alunos que estão envolvidos nas práticas empreendedoras desde a Educação Básica, bem como a própria comunidade e familiares.

Referências

- Ahmad, A. M., Hussain K., Ekiz, E., & Tang, T. (2020). Work-based learning: an approach towards entrepreneurial advancement. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 12(2), 127-135. <https://doi.org/10.1108/WHATT-12-2019-0076>
- Albuquerque, C. P., Ferreira, J. S., & Brites, G. (2016). Educação holística para o empreendedorismo: uma estratégia de desenvolvimento integral, de cidadania e cooperação. *Revista Brasileira de Educação*, 21(67), 1033-1056. <http://doi.org/10.1590/S1413-24782016216752>
- Alves, A., Klaus, V., & Loureiro, C. B. (2021). Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. *Educação e Pesquisa*, 47. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>
- Alves, T., Farenzena, N., Silveira, A. A. D., & Pinto, J. M. R. (2020). Implicações da pandemia da Covid-19 para o financiamento da educação básica. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 979-993. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200279>
- Amorim, António. (2017). Gestor escolar inovador: educação da contemporaneidade. *Revista Lusófona de Educação*, 35(35), 67-82. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle35.04>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bell, E., & Bridgman, T. (2017). Why management learning matters. *Management Learning*, 48(1), 3-6. <https://doi.org/10.1177/1350507616679058>
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. *Emendas Constitucionais*. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de jun. 2020.
- Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 de jun. 2020.
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 de jan. 2021.
- Brasil. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. (2013). *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências*. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 09 de abr. 2021.
- Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. (2018). Brasília, DF. Recuperado de: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2021.
- Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. (2013). Brasília. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 de jan. 2021.
- Buston, R. (1977 -1978). Family Grouping: a structural innovation in Elementary schools. *Interchange*, 8(1-2), 143-150. <https://doi.org/10.1007/BF01188024>
- Cárcamo-Solís, M. L., Arroyo-Lopez, M. P., Alvarez-Castanon, L. C., & Garcia-Lopez, E. (2017). Developing entrepreneurship in primary schools. The Mexican experience of “My first enterprise: Entrepreneurship by playing?”. *Teaching and Teacher Education*, 64, 291-304. <https://doi.org/10.1016/j.tate.2017.02.013>
- Ghanem Júnior, E. G. G. (2013). Inovação em Escolas Públicas de Nível Básico: o caso redes da Maré (Rio de Janeiro, RJ). *Educação & Sociedade*, 34(123), 425-440. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200006>

- Costa, A. M., Barros, D. F., & Carvalho, J. L. F. (2011). A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, 15(2), 179-197. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200006>
- Costa, R. A. T., & Furtado, C. B. R. A. (2016). Empreendedorismo: características, habilidades e competências. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 1(2), 20-40. Recuperado de: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/80>
- Couto, E. S., Couto, E. S., & Cruz, I. M. P. (2020). #Fiqueemcasa: educação na pandemia da Covid-19. *Inter Faces Científicas*, 8(3). <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>
- Dewes, J. O. (2013). Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos. (Trabalho de conclusão de Graduação em Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/93246>
- Dolabela, F. (2003). *Pedagogia Empreendedora: o ensino de empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora de Cultura.
- Dyson, B., & O'sullivan, M. (1998). Innovation in Two Alternative Elementary School Programs: why it works. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 69(3), 242-253. <https://doi.org/10.1080/02701367.1998.10607691>
- Farias, A. P. S. (2018). O Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica Representa um Novo Paradigma? *Revista Foco (Faculdade Novo Milênio)*, 11(3), 35-52.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hietanen, L. (2015). Entrepreneurial learning environments: supporting or hindering diverse learners? *Education + Training*, 57(5), 512-531. <https://doi.org/10.1108/ET-04-2014-0047>
- Hietanen, L., & Järvi, T. (2015). Contextualizing entrepreneurial learning in basic and vocational education. *Journal of enterprising communities: People and places in global economy*, 9(1), 45-60. <https://doi.org/10.1108/JEC-03-2013-0006>
- Hietanen, L., & Ruismaki, H. (2016). Awakening students' entrepreneurial selves: case music in basic education. *Education + Training*, 58(7-8), 832-848. <https://doi.org/10.1108/ET-02-2016-0047>
- Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Índices Gerais de Cursos das Instituições (ICG) de 2020*. Recuperado de: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=6561103>. Acesso em: 05 de jan. 2021.
- Infonet Sergipe. *Educação empreendedora para alunos estaduais*. Recuperado de: <https://infonet.com.br/noticias/educacao/educacao-empreendedora-para-alunos-estaduais/>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- Jayawarna, D., Jones, O., & Macpherson, A. (2014). Entrepreneurial Potential: the role of human and cultural capitals. *International Small Business Journal*, 32(8), 918-943. <https://doi.org/10.1177/0266242614525795>
- Johan, D. A., Krüger, C., & Minello, I. F. (2018). Educação Empreendedora: um estudo bibliométrico sobre a produção científica recente. *NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia*, 8(4), 125-145. <http://doi.org/10.22279/navus.2018.v8n4.p125-145.722>
- KLEPPE, J. A. (2002). Teaching Invention, Innovation, and Entrepreneurship to Northern Nevada High School Science and Math Teachers. *IEEE Antenna's and Propagation Magazine*, 44(5), 115-119. <http://doi.org/10.1109/MAP.2002.1077789>
- Korhonen, M., Komulainen, K., & Rätty, H. (2012). "Not Everyone is Cut Out to be the Entrepreneur Type": How Finnish School Teachers Construct the Meaning of Entrepreneurship Education and the Related Abilities of the Pupils. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 56(1), 1-19. <https://doi.org/10.1080/00313831.2011.567393>
- Krüger, C., Bürger, R. E., & Minello, I. F. (2019). O Papel Moderador da Educação Empreendedora Diante da Intenção Empreendedora. *Revista Economia & Gestão*, 19(52), 61-81. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2019v19n52p61-81>
- Leite, N. M. (2018). *Tecnologia e educação empreendedora: estamos no caminho certo?* (1a ed.). Curitiba: Appris.

- Lima, E., Cunha, J. A. C., & Nassif, V. M. J. (2020). Contribuições de múltiplas nacionalidades em prol da educação em empreendedorismo [Editorial]. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 9(1), 1-15. <https://doi.org/10.14211/regepe.v9i1.1835>
- Lira, Thaís Telles Queiroz. (2020). Estudos e Experiências na Área de Educação Empreendedora e Estímulo a Inovação para Crianças e Jovens: uma análise comparativa. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual - Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, UFAL- Universidade Federal de Alagoas, Maceió). Recuperado de <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6750>
- Lopes, Rosy (org.). (2010). *Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae.
- Lüdke, M., & Cruz, G. B. (2005). Aproximando universidade e escola de Educação Básica pela pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, 35(125), 81-109. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000200006>
- Melo, A. (2012). A Educação Básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria nos anos 2000. *Educação e Pesquisa*, 28(1), 29-45. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ep/a/Zg6JxnSZ9DvR5M3b5xHwc8t/?lang=pt&format=pdf>
- Mota, Ronaldo. (2014). Inovação e aprendizagem independente na Educação Básica. *Ciência e Natureza*, 36(3), 121-129. <https://doi.org/10.5902/2179460X13196>
- Munaretto, L. F., Corrêa, H. L., & Cunha, J. A. C. (2013). Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. *Revista Administração UFSM*, 6(1), 9-24. <https://doi.org/10.5902/198346596243>
- Neves, José Luis. (1996). Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*, 1(3), 1-5. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973386/mod_resource/content/1/C03-art06.pdf
- Pepin, M., & St-Jean, E. (2019). Assessing the impacts of school entrepreneurial initiatives: a quasi-experiment at the elementary school level. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 26(2), 273-288. <https://doi.org/10.1108/JSBED-07-2018-0224>
- Poupart, J., Deslauriers, J.-P., Groulx, L.-H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. A. (2008). *Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rönkkö, M-L., & Lepistö, J. (2015). Finnish student teachers' critical conceptions of entrepreneurship education. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, 9(1), 61-75. <https://doi.org/10.1108/JEC-03-2013-0003>
- Sebrae. Educação Empreendedora no Ensino Fundamental. Recuperado de: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedora-no-ensino-fundamental,0c54be061f736410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 13 de abr. 2021.
- Sebrae. Agência Sebrae de Notícias. (2006). *Sergipe pode ampliar projeto de educação empreendedora*. Recuperado de: <http://www.se.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SE/sergipe-pode-ampliar-projeto-de-educacao-empreendedora,71c36f1c2a156410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 13 de abr. 2021.
- Sergipe. Secretaria de Educação. *Panveria entre Educação e Sebrae insere a Educação Empreendedora e Financeira no Currículo de Sergipe*. Recuperado de: <https://seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=15513>. Acesso em: 28 de dez. 2020.
- Sergipe. Secretaria de Educação. *Alunos apresentam projetos de empreendedorismo em culminância do Programa Pense Grande*. Recuperado de: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=15358>. Acesso em: 20 de dez. 2020.
- Sergipe. Secretaria de Educação. *Ensino do empreendedorismo beneficia mais de 17 mil alunos da rede estadual*. Recuperado de: https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/ensino_do_empreendedorismo_beneficia_mais_de_17_mil_alunos_da_rede_estadual. Acesso em: 21 de dez. 2020.

- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217-226. <https://doi.org/10.5465/amr.2000.2791611>
- Silva, G. M. (2016). Adoção de Modelos Inovadores no Ensino Superior na Perspectiva da Teoria da Dependência de Recursos: um estudo de caso na Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação do Mestrado em Administração da Universidade Federal de Sergipe). Recuperado de <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8049>
- Silva, R. S. (2012). Relacionamentos Interorganizacionas em Rede de Cooperação: um estudo no setor farmacêutico varejista do Estado de São Paulo. (Dissertação do Mestrado em Administração - Programa de Mestrado em Administração da USCS- Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo). Recuperado de: <https://www.uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/arquivo/507>
- Sommarström, K., Oikkonen, E., & Pihkala, T. (2020). Entrepreneurship education - paradoxes in school-company interaction. *Education and Training*, 62(7-8), 933-945. <https://doi.org/10.1108/ET-08-2019-0171>
- Souza, S. C.; Dourado, L. (2015). Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método de Aprendizagem Inovador para o Ensino Educativo. *HOLOS*, 5. <https://doi.org/10.15628/holos.2015.2880>
- Stockmanns, J. I. *Pedagogia Empreendedora*. Unicentro, 2015.
- Sylvester, P. S. (1994). Teaching and Practice: elementary school curricula and urban transformation. *Harvard Educational Review*, 64(3), 309-332. <https://doi.org/10.17763/haer.64.3.u224654m7261v513>
- Undime. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Recuperado de <http://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>
- Vieira, L., Ricci, M., Corrêa, S. D., & Fagionato, Y. F. C. D. (2020). Inovação Curricular no Ensino Médio: das Experiências Exitosas às Duvidosas Propostas de Mudança. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(3), 1422-1442. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i3.12720>
- Wernerfelt, Birger. (1984). A Resource-based View of the Firm. *Strategic Management Journal*, 5, 171-180. <https://doi.org/10.1002/smj.4250050207>
- Whitlock, A. M. (2019). Elementary School Entrepreneurs. *Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning*, 13(1). <https://doi.org/10.7771/1541-5015.1780>